



Caritas Diocesana  
de COIMBRA

# **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO**  
**com publicação no JOUE**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL E GÁS PETRÓLEO LIQUEFEITO (GPL) A GRANEL**  
**(CP/ASFG/01/2025/RP04)**

## Parte I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I – Disposições Gerais

#### Cláusula 1.ª – Objeto do concurso

1. O presente procedimento, constituído por dois lotes, tem por objeto a adjudicação do fornecimento de Gás Natural e Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a Granel para a Cáritas Diocesana de Coimbra, de acordo com as especificações técnicas do presente caderno de encargos.
2. Para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, os valores dos consumos apresentados para os Lotes 1 e 2 foram estimados tendo por base a média do consumo de gás natural e gás de petróleo liquefeito a granel no ano de 2024.
3. Sem prejuízo do disposto do número anterior, as quantidades de consumo estimadas, são por si só uma mera previsão de consumo, pelo que, não se constitui a Entidade Adjudicante na obrigação de consumo da totalidade dos valores de gás indicados nos lotes seguintes:
  - 3.1 O **Lote 1** refere-se ao fornecimento de **GÁS Natural**, para os locais melhor identificados nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, devendo para tal ser considerados os seguintes consumos:

Estabelecimentos   Locais de Consumo	Código Universal de Instalação (CUI)	Consumo Estimado (Kwh) 24 meses
CS N.Senhora dos Milagres - Cernache - Coimbra	PT1602000001252010PQ	536000
Centro Rainha Santa Isabel (CRSI) - Coimbra	PT1602000001008448ER	1997400
Centro Social S. Pedro - Ingote - Coimbra	PT1602000001238140AS	270000
Comunidade de Inserção Renascer - Coimbra	PT1602000001186615VX	258400
FAROL - Coimbra	PT1602000001147235FY	398600
Lar N.º Sr.ª Encarnação - Buarcos - Figueira da Foz	PT1602000001108344HP	1024200
<b>TOTAL</b>		<b>4475600</b>

- 3.2 O **Lote 2** refere-se ao fornecimento de **Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a Granel**, para os locais melhor identificados nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, devendo para tal ser considerados os seguintes consumos:

Estabelecimentos   Locais de Consumo	Consumo Estimado 60 meses (ton)
Centro Dia Cumieira	15
Centro Dia Nogueira do Cravo	32
Centro Social Nossa Senhora da Boa Viagem - Leirosa	35
ComVida Quiaios - Quiaios	5
Lar de Jovens de Santa Maria de Semide	65
Unidade Residencial Divino Salvador	30
Unidade Residencial Sagrada Família	24
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>

#### Cláusula 3.ª - Preço base

1. O Preço Base global do presente procedimento é de **720.000,00 €** (setecentos e vinte mil euros, ao qual acrescerá a taxa de IVA legal em vigor), correspondente ao somatório dos preços base dos lotes previstos na presente cláusula, e igualmente fixados nos mesmos termos do caderno de encargos, concretamente:
  - a) **LOTE 1 – Gás Natural – 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros);**

- b) **LOTE 2 – Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a Granel – 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros);**
2. O preço base referido no número anterior, resulta da consideração das quantidades apresentadas como perspectivas de consumo constantes no quadro inserto cláusula 22.ª, (no campo consumo estimado), mais reiterando, que apenas se trata duma previsão de consumo, pelo que a Entidade Adjudicante não se obriga à aquisição e pagamento da totalidade das mesmas.

#### **Cláusula 3.ª – Contrato**

1. Ao ato de adjudicação de cada lote corresponderá a celebração do respetivo contrato.
2. Nos termos do disposto no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, os contratos a celebrar serão compostos pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e serão reduzidos a escrito.
3. Sem prejuízo de outros elementos que se reputeem como pertinentes, os contratos a celebrar integrarão sempre os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Direção da Cáritas Diocesana de Coimbra;
  - b) Os esclarecimentos e retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí estão indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos estejam de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela Entidade Adjudicatária, nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

#### **Cláusula 4.ª – Prazo de Vigência do Contrato**

1. O contrato de Aquisição de Serviços de fornecimento **Gás Natural** vigorará durante o período de 24 meses, com início da vigência no dia seguinte à data de assinatura do contrato.
2. O contrato de Aquisição de Serviços de fornecimento **Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a Granel**, considerando a natureza da prestação, as características específicas do fornecimento e a necessidade de garantir a estabilidade e continuidade do serviço a longo prazo, vigorará durante o período de 60 meses, com início da vigência no dia seguinte à data de assinatura do contrato.
3. Não obstante, o suprarreferido prazo, caso seja no decurso da relação contratual atingido o preço contratual do respetivo lote, o contrato cessa nesse momento, sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### **CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais**

#### **Cláusula 5.ª – Obrigações e Deveres da Entidade Adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração dos contratos decorrem para a Entidade Adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) De proceder ao fornecimento de gás natural e gás de petróleo liquefeito (GPL) a granel nas condições definidas nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, designadamente no que os parâmetros de qualidade de serviço definidos no Regulamento da Qualidade de Serviço e no Regulamento das Relações Comerciais, emitidos pela ERSE, diz respeito;
  - b) De emitir as faturas cumprindo as regras estipuladas na cláusula 9.ª do presente caderno de encargos.
  - c) De comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que possam tornar total ou parcialmente impossível o fornecimento de gás ou o cumprimento de quaisquer outras das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - d) De prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento de gás, bem como quaisquer outras que se repute como necessárias à boa prestação dos serviços.
2. Decorrem ainda para a Entidade Adjudicatária, as seguintes obrigações acessórias, designadamente:
- a) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa prestação dos serviços a seu cargo;
  - b) A responsabilização pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do pessoal nos termos da legislação aplicável, designadamente no que respeita ao seguro para cobertura de riscos e acidentes de trabalho, doenças profissionais e no que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho;
  - c) A responsabilidade pela disciplina e aptidão profissional dos profissionais afetos à prestação, bem como pela reparação de prejuízos por eles causados nas instalações, equipamentos e materiais da Entidade Adjudicante ou de terceiros.

#### **Cláusula 6.ª – Obrigações e Deveres da Entidade Adjudicante / Do preço contratual**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos constituem obrigações principais da Entidade Adjudicante, pelo cumprimento de todas as obrigações adstritas à Entidade Adjudicatária, as seguintes:
  - a. Proceder ao pagamento à Entidade Adjudicatária, do preço em função do consumo efetivamente verificado, relativo ao fornecimento do gás natural e gás de petróleo liquefeito (GPL) a granel nos termos da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e demais impostos .
  - b. Pelo cumprimento de todas as obrigações do adjudicatário, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário, em função do consumo efetivamente verificado, caso se aplique, as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e **não sujeitas a concurso**, concretamente:
    - b1) Tarifas de Acessos às Redes fixadas pela ERSE;
  - c. Pelo cumprimento de todas as obrigações da Entidade Adjudicatária, a entidade adjudicante obriga-se a pagar a esta, caso se aplique, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente **não sujeitas a concurso**, nomeadamente:
    - c1. Taxa de Ocupação de subsolo (TOS)
    - c2. Imposto Especial de Consumo de Gás Natural Combustível (IECGN)
2. Os preços constantes da proposta:
  - 2.1 Para o Lote 1 – **Gás Natural** corresponderá ao valor do MIBGAS na data de **9 de junho/2025** acrescido da taxa de gestão, parâmetro fixo para o período contratual.

2.2 Para o Lote 2 – **Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a Granel** corresponderá ao preço do gás por tonelada, incluindo este a totalidade dos custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade Adjudicante, nomeadamente os relativos a despesas de aquisição, serviços de carga, transporte, trasfega, armazenamento e manutenção de meios materiais, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como os decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças; deduzido do desconto por tonelada, proposto pelo adjudicatário ao preço de venda ao público.

2.2.1 O adjudicatário obriga-se a notificar o adjudicante das alterações de preços de venda ao público, sob pena de se considerarem em vigor os preços (PVP), anteriormente comunicados pelo adjudicatário.

#### **Cláusula 7.ª – Conformidade e Garantia Técnica**

A Entidade Adjudicatária fica sujeita, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Entidade Adjudicante ao cumprimento da execução do contrato, bem como ao cumprimento das exigências legais, prazos aplicáveis aos contratos da aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 8.ª – Sigilo e Diligência**

1. A Entidade Adjudicatária e os respetivos colaboradores estão sujeitos ao dever de sigilo profissional sobre toda a informação, documentação ou outros elementos de que tenham conhecimento em razão da prestação dos serviços, objeto do contrato a celebrar, não podendo, independentemente da finalidade, divulgar nem utilizar, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, a informação de que disponham de tais factos.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Entidade Adjudicatária ou que esta esteja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário por parte da Entidade Adjudicante, a contar do cumprimento ou cessação do contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à credibilidade, prestígio ou confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.ª – Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas mensalmente e no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais deverão conter a discriminação da totalidade dos fornecimentos objeto do contrato, nomeadamente os consumos verificados no mês anterior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Em caso de discordância, quanto aos valores indicados nas faturas, a Entidade Adjudicante comunicará tal facto por escrito à Entidade Adjudicatária, invocando para o efeito os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

#### **Cláusula 10.ª – Penalidades e Resolução Contratual por parte da Entidade Adjudicante**

1. Pelo incumprimento de quaisquer obrigações emergentes do contrato celebrado, a Entidade Adjudicante notificará a Entidade Adjudicatária para que dentro de um prazo razoável, proceda à sanção imediata dos problemas identificados.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de, no caso de cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo do contrato, aplicar uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do

incumprimento (grau de culpa; duração; reincidência, consequências), a qual poderá ser fixada até 10% do preço contratual, a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes.

3. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de proceder à resolução do contrato, notificando de tal, por escrito a Entidade Adjudicatária.
4. Considera-se a verificação de incumprimento definitivo ou o cumprimento defeituoso, sempre e quando haja atraso na prestação de serviços, ou prestação defeituosa dos serviços por período superior a 5 (cinco) dias.
5. No caso de a Entidade Adjudicante decidir resolver o contrato em vigor, obriga-se a Entidade Adjudicatária, na eventualidade da Entidade Adjudicante não ter de imediato assegurada a prestação de serviços por parte de outro operador, de manter a prestação de serviços pelo prazo adicional de 30 (trinta) dias a contar da data de produção da respetiva resolução.
6. A Entidade Adjudicatária é responsável por qualquer anomalia que ocorra no período de serviço e em momento posterior, desde que seja originada por qualquer alteração da execução do contrato, ou por violação de quaisquer outros deveres a que se encontre obrigada.
7. Ocorrendo o disposto no número anterior, a Entidade Adjudicatária constitui-se no dever de indemnizar a Entidade Adjudicante de todas as despesas em que possa incorrer em resultado de tal.
8. Caso se verifique qualquer anomalia no objeto da prestação de serviços, a Entidade Adjudicatária obriga-se a intervir por forma a proceder à sanção da mesma, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários que lhe possam ser devidos, caso a anomalia resulte de facto que não lhe seja imputável.

#### **Cláusula 11.ª – Resolução por parte da Entidade Adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a Entidade Adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 (sessenta) dias ou o montante da dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos termos previstos no número anterior, o direito de resolução deverá ser exercido mediante declaração escrita enviada à Entidade Adjudicante com 30 (trinta) dias de antecedência sobre a data em que se pretenda a produção de efeitos.
3. O disposto no número anterior ficará sem efeito caso a Entidade Adjudicante proceda no prazo em apreço ao cumprimento das obrigações em atraso, acrescido do pagamento dos juros de mora a que houver lugar.

#### **Cláusula 12.ª – Casos Fortuitos ou de Força Maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior, não será considerada como incumprimento, pelo que não deverão ser impostas quaisquer penalidades a qualquer uma das partes.
2. Entendem-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis evitar ou contornar.
3. Verificados os requisitos previstos no número anterior, poderão considerar-se, designadamente motivos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem motivos de força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Entidade Adjudicatária, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Entidade Adjudicante/Adjudicatária ou a grupos de sociedades em que estes se integrem, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Entidade Adjudicante/Adjudicatária de deveres ou ónus que sobre elas recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Entidade Adjudicante/Adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Entidade Adjudicante/Adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Entidade Adjudicante/Adjudicatária não devidas sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- h) A ocorrência de circunstâncias que possam originar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.
- i) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 13.ª – Transição dos serviços objeto do Contrato**

No caso de cessação do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, a Entidade Adjudicatária obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para a Entidade Adjudicante ou para terceiro por esta designada, de modo que se garanta, com o mínimo de perturbação e transtorno, a continuidade da prestação dos serviços.

#### **Cláusula 14.ª – Seguros**

1. É da responsabilidade da Entidade Adjudicatária a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos causados à Entidade Adjudicante ou a terceiros:
  - a. Acidentes Pessoais
  - b. Danos Patrimoniais
  - c. Responsabilidade Civil
2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender necessário, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referido no número anterior, devendo a Entidade Adjudicatária disponibilizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **CAPÍTULO III – Caução**

#### **Cláusula 15.ª – Valor e Modo da Caução**

A Entidade Adjudicatária não se encontra obrigada a prestar caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO IV – Resolução de litígios**

#### **Cláusula 16.ª – Arbitragem**

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido com recurso à arbitragem, com referência ao artigo 476.º e anexo XII do Código dos Contratos Públicos.
2. As partes contratantes aceitam atribuir competência para a resolução de litígios relativos ao contrato, ao Centro de Arbitragem Institucionalizado – Centro de Arbitragem de Coimbra- com sede na Avenida Fernão de Magalhães, n.º

240 – 1.º 3000-172 Coimbra, de cujas decisões cabe recurso nos termos gerais de direito, composto por três árbitros, sendo um escolhido pela Entidade Adjudicante, outro pela Entidade Adjudicatária e um terceiro, que presidirá, escolhido pelos dois árbitros anteriores.

3. A nomeação dos árbitros pelas partes deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias a contar da receção, por escrito, do pedido de arbitragem.
4. No caso de alguma das partes não designar árbitro ou de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro presidente, este será designado pelo Tribunal Central Administrativo Norte, a requerimento de qualquer uma das partes.
5. Se decorrerem mais de 3 (três) meses sobre a data da indicação do primeiro árbitro sem que o Tribunal Arbitral esteja constituído, pode qualquer uma das partes recorrer aos tribunais administrativos, considerando-se, então, devolvida a jurisdição a esses tribunais, sendo nesse caso, exclusivamente competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.
6. Se não houver acordo quanto ao objeto do litígio, o mesmo será o que resultar da petição da parte demandante e da resposta da parte demandada, se a houver, sendo fixado pelo árbitro Presidente.
7. O Tribunal Arbitral funcionará em Coimbra e julgará segundo a equidade, devendo a respetiva decisão ser proferida no prazo de 3 (três) meses a contar do termo da instrução do processo.
8. Em tudo o que esteja omissa na presente cláusula, será aplicável o disposto na Lei 63/2011 de 14 de dezembro e no Título VIII do Código do Processo dos Tribunais Administrativos.

## **CAPÍTULO V – Disposições Finais**

### **Cláusula 17.ª – Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pela Entidade Adjudicatária e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18.ª – Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser dado, com a máxima urgência, respetivo conhecimento à Entidade Adjudicante
3. Quaisquer alterações das informações de contacto constantes do contrato devem ser comunicadas à outra parte.

### **Cláusula 19.ª – Contagem de Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 20.ª – Legislação Aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## Parte II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 21.<sup>a</sup> – Legislação a Cumprir

Durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicatária deverá respeitar a legislação que regula o sector em vigor em Portugal.

### Cláusula 22.<sup>a</sup> – Locais de Fornecimento / Estimativas de Consumo

As instalações objeto do presente contrato, bem como as quantidades estimadas de consumo estão identificadas no quadro infra descrito.

#### Lote 1 – Gás Natural

Os locais de fornecimento e respetivo Código Universal de Instalação (CUI) são os indicados no quadro infra (Anexo I).

Estabelecimentos   Locais de Consumo	Código Universal de Instalação (CUI)	Escalão
CS N.Senhora dos Milagres - Cernache - Coimbra	PT1602000001252010PQ	Mensal
Centro Rainha Santa Isabel (CRSI) - Coimbra	PT1602000001008448ER	Mensal
Centro Social S. Pedro - Ingote - Coimbra	PT1602000001238140AS	Mensal
Comunidade de Inserção Renascer - Coimbra	PT1602000001186615VX	Escalão 4
FAROL - Coimbra	PT1602000001147235FY	Mensal
Lar N.º Sr.ª Encarnação - Buarcos - Figueira da Foz	PT1602000001108344HP	Mensal

Anexo I – Locais fornecimento gás natural

Para além dos locais de consumo acima indicados, poderá ser solicitado o fornecimento de gás natural para outros locais, desde que respeitado o limite do preço contratual.

Os consumos estimados (Kwh), para 24 meses, por cada local de consumo indicados no Anexo I, são os refletidos no Anexo II.

Estabelecimentos   Locais de Consumo	Código Universal de Instalação (CUI)	Consumo Estimado (Kwh) 24 meses
CS N.Senhora dos Milagres - Cernache - Coimbra	PT1602000001252010PQ	536000
Centro Rainha Santa Isabel (CRSI) - Coimbra	PT1602000001008448ER	1997400
Centro Social S. Pedro - Ingote - Coimbra	PT1602000001238140AS	270000
Comunidade de Inserção Renascer - Coimbra	PT1602000001186615VX	258400
FAROL - Coimbra	PT1602000001147235FY	398600
Lar N.º Sr.ª Encarnação - Buarcos - Figueira da Foz	PT1602000001108344HP	1024200
<b>TOTAL</b>		<b>4475600</b>

Anexo II – Consumos estimados 24 meses



## Lote 2 – Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), a granel

Os locais de fornecimento e características dos equipamentos são os indicados no quadro Anexo I.

Estabelecimentos	Moradas	Posição nº	Capacidade Reservatório	Observações
Centro Dia Cumieira	Quinta do Santo - Cumieira 3230-016 Cumieira	78567	1,45m3 (0,7 ton)	enterrado em recinto fechado
Centro Dia Nogueira do Cravo	Rua de Sto. António 3400-487 Nogueira do Cravo	78568	1,45m3 (0,7 ton)	enterrado em recinto fechado
Centro Social Nossa Senhora Boa Viagem	Rua Prof. Cristiano Ribeiro Sousa, SN 3090-484 Praia da Leirosa	78569	1,45m3 (0,7 ton)	enterrado em recinto fechado
ComVida Quiaios	Rua Fonte dos Marecos, nº11 - Praia de Quiaios, 3080-515 Figueira da Foz	32477	2,4m3 (1 ton)	enterrado em recinto fechado
Lar de Jovens de Santa Maria de Semide	Mosteiro de Santa Maria de Semide, Semide, 3220-423 Miranda do Corvo	31076	4,48m3 (2 ton)	superficial em recinto fechado
Unidade Residencial Divino Salvador	Rua Condes de Pombeiro e Marqueses de Belas, 3300-318 Pombeiro da Beira	86876	2,4m3 (1 ton)	enterrado em recinto fechado
Unidade Residencial Sagrada Família	Avenida Carlos Vidal, Cabreira 3330-013 Cadafaz - Góis	78566	2,4m3 (1 ton)	enterrado em recinto fechado

Anexo I – Locais fornecimento e características, gás a granel

Os consumos estimados (Ton), para 60 meses, por cada local de fornecimento indicado no Anexo I, são os refletidos no Anexo II.

Estabelecimentos   Locais de Consumo	Consumo Estimado 60 meses (ton)
Centro Dia Cumieira	15
Centro Dia Nogueira do Cravo	32
Centro Social Nossa Senhora da Boa Viagem - Leirosa	35
ComVida Quiaios - Quiaios	5
Lar de Jovens de Santa Maria de Semide	65
Unidade Residencial Divino Salvador	30
Unidade Residencial Sagrada Família	24
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>

Anexo II – Consumos estimados, 60 meses

As quantidades dos consumos apresentadas para cada local de fornecimento foram estimadas tendo por base a média dos consumos de 2024, sendo por isso uma previsão do consumo a realizar.

### Cláusula 23.<sup>a</sup> – Condições Complementares

No que concerne ao **Lote 2 - Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) a granel**, devem ser tidas em consideração as condições infra apresentadas:

#### 1. Instalações

As instalações nomeadamente depósitos, tubagens e demais equipamentos necessários ao fornecimento são propriedade do atual fornecedor: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A..

A apresentação de proposta deve prever que:

a) Em caso de alteração da empresa fornecedora atual:

- 1) A empresa a quem for adjudicado o contrato deverá garantir a propriedade sobre a instalação atual junto da empresa cessante, ou proceder à alteração da instalação existente, em conformidade com o equipamento e necessidades existentes, de forma a assegurar a continuidade do fornecimento de GPL nos estabelecimentos, assumindo todos os encargos daí decorrentes;
- 2) Compete ao adjudicatário os custos seguintes, se aplicáveis:

- 2.1 todos os custos inerentes à utilização da rede de abastecimento de gás propano;
  - 2.2 todos os eventuais custos inerentes à utilização da rede de abastecimento de gás;
  - 2.3 todos os custos inerentes a eventuais obras de adaptação e/ou substituição de equipamentos resultantes da alteração de fornecedor, assim como o eventual licenciamento dos mesmos;
  - 2.4 garantia de fornecimento permanente durante o período de tramitação de alteração de fornecedor.
- b) Independentemente da empresa fornecedora: deve garantir a manutenção em boas condições de segurança, dos equipamentos instalados, referentes ao parque de armazenagem e rede de utilização de gás propano com vista à satisfação dos consumos indicados na cláusula 22.<sup>a</sup>, respeitando as normas e legislação em vigor.

### **3. Licenciamento**

Quaisquer processos de licenciamento necessários serão providenciados pelo adjudicatário.

**Coimbra, 03 de junho de 2025**

**O Presidente da Direção**

**Prof. Doutor Manuel de Jesus Antunes**

